

O Instituto Verbena/UFG torna pública a resposta preliminar esperada da prova dissertativa do Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargos da carreira do Magistério Superior da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) 2023.

## DIREITO PÚBLICO

### PROVA DISSERTATIVA – PONTO 9: Direito Internacional Privado & Direito Internacional Público.

Considerando a amplitude que a proposta temática do enunciado permite distintas abordagens de duas importantes subáreas do Direito, é necessário que o candidato apresente domínio jurídico holístico do Direito Internacional, elucidando de forma didática os principais aspectos distintivos e de aproximação do Direito Internacional Privado e do Direito Internacional Público.

Para aprofundar essa análise o edital indicou duas obras distintas de Mazzuoli (2017), “Curso de Direito Internacional Público” e “Curso de Direito Internacional Privado”, uma vez que, de fato, tratam-se de duas subáreas bem diversas da ciência jurídica.

Nesse sentido, é esperado que se faça uma distinção entre conceito, objeto e princípios do Direito Internacional Público e do Direito Internacional Privado. Dentro dessa análise, o Direito Internacional Público pode ser conceituado, de acordo com Mazzuoli (p. 76-77 da obra Curso de Direito Internacional Público), como o “conjunto de princípios e regras jurídicas (costumeiras e convencionais) que disciplinam e regem a atuação e a conduta da sociedade internacional (formada pelos Estados, pelas organizações internacionais intergovernamentais e também pelos indivíduos), visando alcançar as metas comuns da humanidade e, em última análise, a paz, a segurança e a estabilidade das relações internacionais”.

O Direito Internacional Privado, por seu turno, ocupa-se, conforme assinalado por Mazzuoli (p. 81-82 do Curso de Direito Internacional Público) de normas jurídicas que “visam resolver conflitos de leis no espaço em relação a casos concretos sub judice com conexão internacional”.

Igualmente, é relevante apresentar que também existem entre o Direito Internacional Público e o Privado pontos de conexão, como ocorre, por exemplo, com da proteção jurídica do estrangeiro, que lhe garante a liberdade, a propriedade e o exercício dos direitos civis; e, ainda, pelo fato das situações regidas pelo Direito Internacional Privado terem sido criadas por tratados (os quais, por sua vez, são disciplinados pelo Direito Internacional Público).